Levantamento das estratégias utilizadas para implementação da política nacional de alimentação escolar (PNAE) durante a pandemia da covid-19 nos municípios de Serra Talhada, Floresta e Itacuruba-PE.

Survey of strategies used to implement the national school food policy (pnae) during the covid-19 pandemic in the municipalities of Serra Talhada, Floresta and Itacuruba-PE

Leonardo do Nascimento Almeida Xavier [1];
Tamires Alcântara Dourado Gomes Machado[2];
Luciana Paulino do Nascimento[3];
Andresa Lira Silva[4];
Raema Candido Fonseca*[5].

RESUMO: Introdução: Mediante a pandemia da covid-19, muitas ações foram estabelecidas, entre elas, a interrupção das aulas por tempo indeterminando, com isso, muitos estudantes se encontraram em risco nutricional, sendo que uma boa parte deles depende da alimentação fornecida na escola para atender as suas necessidades nutricionais. **Objetivos**: Identificação das estratégias utilizadas para implementação da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia da Covid-19 nos municípios de Serra Talhada, Floresta e Itacuruba-PE no ano de 2020. **Metodologia:** trata-se de uma pesquisa de campo, transversal, retrospectiva, com abordagem quali-quantitativa sobre as estratégias utilizadas pelos gestores técnicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos munícipios de Serra Talhada, Floresta e Itacuruba-PE. **Resultados e Discussões:** Os dados coletados puderam avaliar que as estratégias utilizadas pelos responsáveis do PNAE, entre elas, montagem e distribuição de Kits de gêneros alimentícios, com apoio de toda equipe da Gerência de Alimentação Escolar (EGAE), foram importantes, principalmente para aqueles alunos de maior vulnerabilidade alimentar que residiam em localidades mais distantes, em que os kits foram entregues com o apoio do transporte escolar, além de no momento da distribuição, foram também fornecidas atividades didáticas e vídeos educativos com o intuito de promover aprendizado. **Considerações Finais:** Fica evidente que a entrega e distribuição dos kits de alimentação, a força tarefa por parte das equipes responsáveis, e estudos acerca da nova legislação foram primordiais para garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos matriculados na rede básica de ensino.

Palavras-Chave: Pandemia; Insegurança Alimentar; Programa Nacional de Alimentação Escolar.

1 Nutricionista Faculdade de Integração do Sertão (FIS), Serra Talhada/PE, Brasil. Email: leonardoxs84@gmail.com
2 Doutora em Ciência e Tecnologia dos Alimentos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora da Faculdade de Integração do Sertão (FIS), Serra Talhada/PE, Brasil. Email: tamiresprofessor@gmail.com.
3 Pós Doutoranda no Programa de pós graduação em Ciências da Nutrição, Esporte e Metabolismo pela Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Federal de Campinas (UNICAMP), Brasil. Email: lucianacpnascimento@hotmail.com.4 Mestranda em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz - Instituto Aggeu Magalhães. Professora da
Faculdade de Integração do Sertão (FIS), Serra Talhada/PE, Brasil. Email: andresalira5@gmail.com.
*5 Especialista em Nutrição Clínica e Funcional pelo Centro Universitário de Patos. Professora da Faculdade de Integração do Sertão (FIS), Serra Talhada/PE, Brasil. Email: raema_cf@hotmail.com.

ABSTRACT: Introduction: Due to the covid-19 pandemic, many actions were established, among them, the interruption of classes for an indefinite period, with this, many students found themselves at nutritional risk, and a good part of them depends on the food provided at school to meet your nutritional needs. Objectives: Identification of the strategies used to implement the National School Feeding Policy (PNAE) during the Covid-19 pandemic in the municipalities of Serra Talhada, Floresta and Itacuruba-PE in 2020. Methodology: this is a field research , transversal, retrospective, with a quali-quantitative approach on the strategies used by technical managers of the National School Feeding Program (PNAE) in the municipalities of Serra Talhada, Floresta and Itacuruba-PE. Results and Discussions: The data collected were able to assess that the strategies used by those responsible for the PNAE, including the assembly and distribution of food kits, with the support of the entire School Feeding Management team (EGAE), were important, especially for those students with greater food vulnerability who lived in more distant locations, where the kits were delivered with the support of school transport, in addition to at the time of distribution, didactic activities and educational videos were also provided in order to promote learning. Final Considerations: It is evident that the delivery and distribution of food kits, the task force by the responsible teams, and studies on the new legislation were essential to ensure food and nutritional security for students enrolled in the basic education network.

Keywords: Pandemic; Food Insecurity; National School Feeding Program.

INTRODUÇÃO

A Pandemia da covid-19 provocada pelo vírus SARS-CoV-2, chegou ao território brasileiro causando desordem no meio socioeconômico. Com o fechamento do comércio, o mundo atual acabou sofrendo uma grande crise política, abrangendo também os setores da economia primária, secundária e terciária. A falta de conhecimento foi um fator predominante para que a pandemia evoluísse gradativamente atingindo não só a China que é o seu país de origem, mas também que avançasse para países circunvizinhos, provocando uma crise sanitária global, promovendo sérias mudanças no convívio social entre as pessoas (OPAS, 2019; BRASIL, 2020c).

Medidas de isolamento social foram tomadas para evitar o alto grau de contaminação e óbito pela Covid-19, governadores estaduais e prefeitos adicionaram medidas para conter a disseminação em massa que estava ocorrendo nos estados e capitais brasileiras, em razão disso, aulas da rede pública de ensino foram interrompidas para conter o avanço do vírus (CANTO *et al.*, 2021).

Com o intuito de diminuir o contágio e propagação do vírus, as aulas das escolas públicas foram suspensas sem previsão de retorno, e em consequência dessa determinante, muitos estudantes temporariamente ficaram sem receber a alimentação escolar garantida a todo aluno matriculado na rede pública de educação por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (OLIVEIRA; ABRANCHES; LANA, 2020; BRASIL, 2020d).

Segundo Peixinho (2013) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), denominado inicialmente como campanha de merenda escolar, tinha como objetivo reduzir a desnutrição e atender a rede básica de ensino com suprimentos alimentares para fornecer segurança alimentar e nutricional para os estudantes da rede pública com a finalidade de atender as suas necessidades nutricionais garantindo um melhor rendimento escolar. O PNAE é um programa que visa universalidade, segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é o programa mais antigo do governo brasileiro, abrangendo um atendimento universal a todos os estudantes independente de cor, cultura, sexo e idade.

O PNAE denominado no início dos seus primeiros anos como Campanha Nacional de Merenda Escolar tem por objetivo melhorar as condições de alimentação da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares, e prevenção aos agravos relacionados à alimentação e nutrição, implantando um cuidado integral ofertado a partir de nove diretrizes responsáveis pela atenção nutricional e cuidados a saúde da população (PEIXINHO, 2013).

A alimentação escolar é um direito a todo aluno matriculado na rede pública de ensino assegurado pela Constituição Federal Brasileira. A insegurança alimentar tomou conta do cenário no momento em que a distribuição de alimentos via PNAE foi intensamente prejudicada por consequência da interrupção das aulas por um período indeterminado, levando a muitos discentes a um risco de instabilidade alimentar, devido a esta paralisação, atividades concernentes ao cotidiano do país também foram afetadas, causando impacto direto na economia (OLIVEIRA; ABRANCHES; LANA, 2020).

Com o setor econômico sendo impactado, à crise financeira tomou conta de muitas famílias brasileiras que tiveram seus empregos perdidos, encontrando-se em estado de vulnerabilidade social, insegurança alimentar, nutricional e fome (FREITAS; PENA, 2020).

Muitos estudantes se encontraram em risco nutricional, sendo que uma boa parte deles depende da alimentação fornecida na escola para atender as suas necessidades nutricionais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em razão da pandemia, através do Decreto Legislativo n.º 6, de março de 2020, estado de calamidade pública (OMS, 2020; BRASIL, 2020c).

Para que famílias e estudantes do ensino básico não sofressem mais danos devido à pandemia, visando assegurar a alimentação como um direito à todos, em abril de 2020 a Lei n.º 13.987 (BRASIL, 2020) autorizou que fossem distribuídas cestas básicas para familiares de estudantes da educação básica em estado de emergência, com recursos adquiridos pelo PNAE. Os “kits” com gêneros alimentícios devem ser compostos por alimentos in natura ou

minimamente processados, para implantar qualidade nutricional e atender as demandas geradas pela pandemia (BRASIL, 2020d).

A interrupção das aulas por tempo indeterminado foi o princípio básico para que desafios fossem levantados para os gestores técnicos do PNAE. Dessa forma, o objetivo desse estudo é realizar a identificação das estratégias utilizadas para à implementação da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia da Covid-19 nos municípios de Serra Talhada, Floresta e Itacuruba-PE.

METODOLOGIA

É uma pesquisa transversal, retrospectiva, com abordagem qualitativa sobre as estratégias utilizadas pelos gestores técnicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos munícipios de Serra Talhada, Floresta e Itacuruba-PE. Foram levantados dados dos municípios sobre as medidas e estratégias que foram implantadas durante a pandemia da Covid-19 no ano de 2020 em conformidade com a Lei 13.987 marco legal do PNAE (BRASIL, 2020).

Os dados foram coletados a partir de entrevista com os responsáveis pela Gerência de Alimentação Escolar (GAE) do PNAE, sendo dois de cada município que estavam em atuação durante a pandemia da covid-19 no ano de 2020. Os mesmos responderam o questionário identificando as medidas que foram utilizadas para assegurar que a alimentação escolar fosse mantida e quais dificuldades foram enfrentadas. Posteriormente as estratégias foram comparadas às preconizadas pela Lei 13.987 como forma de avaliar a concordância com as normas instituídas.

A condução da pesquisa se deu a partir da apresentação do projeto aos responsáveis da GAE dos municípios e assinatura da carta de autorização para uso de dado. A pesquisa passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Integração do Sertão, sob o número do CAAE: 61775922.6.0000.8267 e parecer: 5.685.510. Além disso, os pesquisadores estão condicionados à cumprir a Resolução 510/2016 e complementares do Conselho Nacional de Saúde comprometendo-se a utilizar os dados dos participantes da pesquisa, exclusivamente para fins científicos, mantendo sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das instituições.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação aos resultados obtidos nos municípios de Serra Talhada, Floresta e Itacuruba por meio do questionário, foram avaliadas as estratégias que cada município utilizou durante a pandemia da covid-19, como também foram relatadas as dificuldades enfrentadas por cada gerência de alimentação escolar. O quadro 1 evidencia as estratégias utilizadas pelos gestores técnicos do PNAE com o intuito de garantir que as recomendações do programa fossem seguidas diante do recesso das aulas da rede básica de ensino em consequência da pandemia da covid-19.

Quadro 1: Estratégias utilizadas pela Gerência de Alimentação Escolar dos municípios de Itacuruba, Floresta e Serra Talhada durante a pandemia da covid-19, cumprimento da Lei nª 13.987, dificuldades encontradas e atuação da Equipe da Gerência de Alimentação Escolar (EGAE) seguindo a Resolução RDC nª 216 de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Conselho Nacional de Alimentação (CAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

MUNICÍPIO	ESTRATÉGIAS	CUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.987	DIFICULDADES ENFRENTADAS	ATUAÇÃO DA EGAE
Itacuruba	Montagem e distribuição dos kits de gêneros secos e gêneros provenientes da agricultura familiar por meio do transporte municipal para a zona rural e urbana com apoio do PAA e CAE. A distribuição foi realizada mantendo todos os métodos adequados de higienização, com a utilização de álcool em gel e lavagem das mãos. O retorno	De acordo com a Lei nª 13.987. As estratégias utilizadas pelo munícipio se mostraram eficientes destacando o marco legal do PNAE, autorizando, no momento da suspensão das aulas em decorrência do estado de calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios para pais ou responsáveis dos estudantes das	A montagem dos kits foram difíceis devido o valor total do Kit a ser entregue era superior ao valor ofertado pelo FNDE. Distribuição para a zona rural, devido à falta de transporte escolar e difícil acesso as localidades da zona rural por conta da distância. Atraso no aprendizado dos alunos e carência nutricional, observado após a pandemia.	Baseou-se em um trabalho coletivo entre os responsáveis do PNAE e sua equipe desde da montagem até a distribuição. A equipe responsável pelos gêneros alimentícios seguiram as recomendações da Resolução RDC nª 216 de 2004, da ANVISA.

	das aulas presenciais aconteceram em rodízios e as crianças recebiam o lanche dentro da sala de aula sem sair de suas cadeiras. As cadeiras foram colocadas de forma estratégica, onde o chão foi pintado com as medidas pré-estabelecidas de distanciamento social.	escolas atendidas pelo programa.		
Floresta	Montagem e entrega dos kits de cestas básicas organizadas pelos Responsáveis do PNAE em parceria com os agricultores locais. Boa comunicação e relação com o agricultor local, para fazer de forma eficiente à distribuição dos Kits. Entrega de Atividades complementares junto com os Kits de gêneros alimentícios e força tarefa na montagem e distribuição para que nenhum aluno matriculado ficasse sem	De acordo com a Lei nª 13.987. As estratégias utilizadas pelo munícipio se mostraram eficientes destacando marco legal do PNAE, autorizando, no momento da suspensão das aulas em decorrência do estado de calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios para pais ou responsáveis dos estudantes das escolas atendidas pelo programa.	A maior dificuldade foi no recebimento da quantidade de frutas e verduras por parte do agricultor rural, a qual era de costume receber parcialmente (semanal) ao longo de todo mês e passou a ser recebido em grandes quantidades mensalmente, deixando o agricultor local sobrecarregado no momento da entrega. O depósito de coletas ficou sobrecarregado devido à demanda da merenda escolar não ser entregue semanalmente	Mobilização por dos responsáveis do PNAE e sua equipe, fiscalizando e assegurando que todos os alunos tivessem acesso a boa alimentação, mesmo em áreas mais distintas (zona rural). O método de montagem foi realizado pelos responsáveis e toda sua equipe técnica, abrangendo no momento da entrega os alunos da zona rural e urbana. A equipe responsável pelos gêneros

	receber o seu kit de alimentação.		como de costume e sim mensalmente.	alimentícios seguiram as recomendações da Resolução RDC nª 216 de 2004, da ANVISA.
Serra Talhada	Montagem e distribuição dos kits de gêneros alimentícios para os alunos matriculados na rede básica de ensino. De acordo com os responsáveis, a distribuição dos kits foi realizada em consonância com a lei nª 13.987 sobre o PNAE durante a pandemia. Com a distribuição para os alunos, eram também enviados vídeos sobre alimentação saudável para ajudar no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.	De acordo com a Lei nª 13.987. As estratégias utilizadas pelo munícipio se mostraram eficientes destacando o marco legal do PNAE, autorizando, no momento da suspensão das aulas em decorrência do estado de calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios para pais ou responsáveis dos estudantes das escolas atendidas pelo programa.	A dificuldade enfrentada foi no processo de montagem dos Kits de alimentação, vista que era uma nova realidade para todos. Depois de muitas pesquisas, foram realizadas as montagens e distribuições dos kits de alimentação.	A montagem dos kits foi realizada pelos responsáveis do PNAE e todos os colaboradores, sendo distribuídos para cada aluno matriculado. A equipe técnica realizava a escolha dos gêneros alimentícios para compor os kits levando em consideração a per capita e a faixa etária dos alunos. Sua distribuição foi realizada com o apoio de todos os colaboradores que fazem parte do PNAE. A equipe responsável pelos gêneros alimentícios seguiram as recomendações da Resolução RDC nª 216 de 2004, da ANVISA.

Fonte: Autoria Própria, 2022.

Em decorrência da suspensão das aulas devido à pandemia da covid-19, os municípios de Itacuruba, Floresta e Serra Talhada abordaram estratégias para que a alimentação escolar continuasse sendo mantida. Entre as medidas utilizadas, o fornecimento e distribuição dos kits de gêneros alimentícios foram implementadas para garantir nutrição alimentar e segurança de acordo com a Lei nº 13.987, previamente estabelecida. Floresta e Serra Talhada apresentaram dificuldades que foram solucionadas em decorrência da mobilização por parte dos gestores e toda equipe responsável pelo processo de montagem e distribuição dos kits. Por outro lado, a EGAE do município de Itacuruba observou que o valor custeado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não conseguiu cobrir com as despesas dos kits. O valor repassado não conseguiu subsidiar a merenda sozinha, pois durante a pandemia os per-capitas distribuídos por criança foram aumentados. Sendo assim, foi necessário esperar um ou dois meses para que o recurso conseguisse custear os valores dos kits, e às vezes necessitando de complementação do recurso da merenda escolar pela prefeitura. Além disso, o retorno das aulas se apresentou em rodízios, e as crianças recebiam o lanche na sala de aula sem sair das cadeiras.

Pode-se observar que este estudo mostra que as estratégias utilizadas estão de acordo com as medidas abordadas pela literatura que adotaram a mesma temática da montagem e distribuição dos kits de gêneros alimentícios (SANTOS *et al.,* 2021). No dia 7 de abril de 2020, foi publicada a Lei nº 13.987, que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, marco legal do PNAE, autorizando, no momento da suspensão das aulas em decorrência do estado de calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios para pais ou responsáveis dos estudantes das escolas atendidas pelo programa (BRASIL, 2020b).

Dos Santos *et al* (2021) afirmam que a suspensão das aulas em favor da pandemia afetou diretamente o PNAE e reforçou a insegurança alimentar e nutricional de estudantes e agricultores familiares que forneciam para a alimentação escolar em municípios do Piauí. As Entidades Executoras (EExs) do Piauí elegeram a entrega de kits de alimentos às famílias dos alunos como forma de manter a alimentação escolar durante a pandemia. Este estudo comprova as ações estabelecidas pelos municípios citados nesta pesquisa, destacando a entrega dos kits como estratégia de segurança alimentar e nutricional.

Thomas *et al* (2021) mostram que 81% das EExs realizaram a distribuição dos kits da alimentação escolar a todos os estudantes matriculados ou a uma parcela deles. Essa informação está relacionada a uma importante agilidade na decisão e implementação das ações do PNAE por parte dos municípios do Rio Grande do Norte.

Entre as dificuldades demonstradas pela EGAE neste trabalho, foram as complexidades de distribuição dos kits. Como proposta de minimização deste problema, Amorim, Junior e Bandoni (2020) evidenciam que os Kits de alimentos podem ser ofertados semanal ou mensalmente, o que diminui a quantidade de deslocamento necessário. No entanto o seu custo tende a ser mais elevado, tornando-se restritivo tanto pela qualidade como pela quantidade dos alimentos como também para a quantidade de estudantes atendidos. Esta pesquisa se assemelha com os dados deste trabalho, visto que a EGAE do município de Floresta aborda dificuldade do recebimento dos kits mensais devido à sobrecarga no momento da entrega.

Conduto, Pereira *et al* (2020) afirmam que a pandemia ocasionou grande impacto na composição dos kits de gêneros alimentícios, com insuficiência de recursos financeiros, o que elevou o custo alimentar do per capita comparado quando a produção de refeições ocorriam nas dependências das escolas. Este resultado corrobora com os dados deste trabalho uma vez que a mesma dificuldade foi relatada na cidade de Itacuruba, necessitando de recursos municipais.

Bicalho e Lima (2020) abordam em relação à qualidade nutricional desses kits de alimentos. De fato, o PNAE estabelece que os produtos alimentícios precisam ser baseados em alimentos *in natura* ou minimamente processados, respeitando os hábitos alimentares e a cultura alimentar da localidade, além das suas necessidades nutricionais (PNAE, 2020d). Durante o período de pandemia foram ressaltadas informativas a cerca dos kits, onde os mesmos necessitam seguir as normas do PNAE no contexto da sua qualidade nutricional, distribuição de frutas e de hortaliças in natura e aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar (BICALHO; LIMA, 2020). Os mesmos reforçam o que todos os municípios aqui estudados apontam a importância de seguir as normas estabelecidas pela Lei 13.987 do PNAE.

Além disso, duas preocupações surgiram com relação ao funcionamento do PNAE na pandemia. A primeira se relaciona a universalidade do programa e como distribuir alimentos e refeições com critérios que não excluíssem alunos do direito de recebimento. A segunda se refere à manutenção da aquisição dos alimentos da agricultura familiar e da qualidade dos mesmos. O contexto da pandemia ocasionou preocupação e houve necessidade de cuidados específicos na distribuição dos alimentos. Diante disso, os autores também afirmaram que os respaldos legais para o funcionamento do PNAE, durante a pandemia foram importantes, no entanto, preocupações foram levantadas, entre elas a universalidade, em decorrência da autonomia das EExs definindo os critérios de elegibilidade. Em alguns casos, esses critérios foram restritivos, privando alguns alunos que necessitavam da alimentação (AMORIM; JUNIOR E BANDONI, 2020).

Adicionalmente, Thomas *et al* (2021) também retratam dificuldades envolvidas na agricultura familiar na aquisição de produtos de gêneros alimentícios para o PNAE durante a pandemia. O mesmo foi observado por Ribeiro-Silva *et al* (2020) que relataram existir uma dificuldade de comercialização para diversos agricultores, em destaque a paralisação das aquisições do programa. Outra questão é a vulnerabilidade social e econômica que os mesmos já vivenciavam, o que pode ter sido intensificada pela pandemia. Neste contexto, vale ressaltar a importância do papel da implementação das estratégias criadas pela EExs para manutenção da aquisição dos gêneros da agricultura familiar, além de ressaltar que o PNAE após a pandemia terá um papel fundamental para a superação da insegurança alimentar, tanto dos escolares quanto para os agricultores envolvidos no programa. Outro fator crucial é a contrapartida dos municípios, complementando os recursos do PNAE para a garantia de uma alimentação saudável. Esta condição objetiva a adequação por meio da aquisição de gêneros da agricultura familiar, favorecendo os alunos matriculados como também os agricultores familiares (BORSATTO et al., 2020).

Apesar dos resultados positivos encontrados neste estudo, mais trabalhos são importantes para identificar a eficiência das organizações municipais no cumprimento das normas estabelecidas pela Lei. Além disso, os estudos podem apontar fatores implicadores que possam exacerbar a insegurança alimentar e nutricional na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos neste estudo avaliaram que os municípios de Floresta, Itacuruba e Serra Talhada mesmo diante das dificuldades apresentadas, elaboraram estratégias que estavam de acordo com a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia da covid-19. Mesmo diante das limitações apresentadas em relação à distribuição dos kits e deslocamento até as cidades para obtenção dos resultados, as equipes responsáveis pelo PNAE de cada munícipio buscaram se adaptar ao cenário atual com as estratégias utilizadas.

Fica evidente que a entrega e distribuição dos kits de alimentação, a força tarefa por parte das equipes responsáveis, e estudos acerca da nova legislação foram primordiais para garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos matriculados na rede básica de ensino.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. J. B. *et al*. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1134-1145, 2020.

BICALHO, D.; LIMA, T. M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19**. DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [S.l.], v. 15, p. e52076, out. 2020. ISSN 2238-913X. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/52076/35698 Acesso em: Julho de 2021. doi: https://doi.org/10.12957/demetra.2020.52076.

BORSATTO, Ricardo. *et al*. Respostas dos municípios para garantir segurança alimentar e nutricional em tempo de pandemia. In: Valencio N, Oliveira CM (org.) COVID-19: crises entremeadas no contexto de pandemia (antecedentes, cenários e recomendações). São Carlos: UFSCar/CPOI; 2020. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/163

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.Políticas de Alimentação Escolar / Lorena Gonçalves Chaves Medeiros. 4. ed. atual. **rev. Cuiabá**: Universidade Federal de Mato Grosso, Rede e-Tec Brasil, 2013a. ISBN 85-86290.

BRASIL. Lei no 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**, 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Departamento de Cooperativismo e Acesso e Abastecimento. Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19). Brasília, DF, 2020b.

BRASIL. Portaria nº 356, de 11 de março de 2020. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19**). Diário Oficial da União**, Brasília, DF, edição 49, seção 1, p. 185, 12 mar. 2020c.

BRASIL. Resolução nº 2, de 9 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – Covid-19**. Diário Oficial da União**, Brasília, DF, edição 70, seção 1, p. 27, 13 abr. 2020d.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. 2ª edição Brasília, DF. 2015.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020c. **Reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 07 out. 2021.

CAVASSIN, P. M.; PINHO, K. E. P**. Influência da Alimentação no Desenvolvimento do Aluno e na Aprendizagem Escolar.** Curitiba: SEP, 2013. v.1. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_utfpr_cien_artigo_paulo_martins_cavassin.pdf. Acesso em: out. 2021.

DA SILVA PEREIRA, Alessandra. *et al*. Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 63268-63282, 2020.

DE OLIVEIRA SILVA, Rônisson Thomas et al. Alimentação escolar em tempos de COVID-19: o papel do centro colaborador em alimentação e nutrição no estado do Rio Grande do Norte. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. e021004-e021004, 2021.

DE SOUZA, Thaís dos Santos. *et al*. Mídias sociais e educação em saúde: o combate às Fake News na pandemia da COVID-19. **Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 1. ESP, 2020.

DOS SANTOS, Marize Melo. *et al*. Pandemia da COVID-19 e seus reflexos na manutenção da Alimentação Escolar em municípios Piauienses. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 221-226, 2021.

DUNN, Caroline G. *et al*. Feeding low-income children during the Covid-19 pandemic. **New England Journal of Medicine**, v. 382, n. 18, p. e40, 2020.

FERREIRA, Helen Gonçalves Romeiro. *et al*. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, v. 22, n. 44, p. 90-113, 2019.

FREITAS, M. C. S.; PENA, P. G. L. Fome e pandemia de Covid-19 no Brasil. Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia, Pelotas**, v. 8, n. 1, p. 34-40, 2020.

HENRIQUES, CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 ementa: Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. publicação: **Diário Oficial da União;** Poder Executivo, de 16 de setembro de 2004. 1978.

KAGEYAMA, Angela Antonia. *et al*. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 51, p. 105-122, 2013.

KIRCH, A. C. L. O direito à alimentação de crianças e adolescentes: uma discussão acerca do papel dos poderes do estado e da sociedade civil em prol da concretização. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, v. 17, n. 26, 2014.

OLIVEIRA, Tatiana Coura; ABRANCHES, Monise Viana; LANA, Raquel Martins. (In) Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00055220, 2020.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha Informativa Alimentação Saudável**. 12 jun. 2019. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_con - tent&view=article&id=5964:folha-informativa-alimentacao - -saudavel&Itemid=839. Acesso em: 07 out. 2021.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. *et al*. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 909-916, 2013.

PORTAL, Riziane Duarte. *et al.* Alimentação escolar no contexto da pandemia COVID–19 nas Instituições Federais de Ensino da Região Metropolitana de Belém/Pará. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 175-195, 2021. (ok)

Resolução CD/FNDE/MEC nº 2, de 9 de abril de 2020.. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo **Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020**, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19). Brasília, DF.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia. *et al*. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421-3430, 2020.

SILVA, Edleuza Oliveira; AMPARO-SANTOS, Lígia; SOARES, Micheli Dantas. Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, 2018.

SPERANDIO, Naiara; DE CASTRO MORAIS, Dayane. Alimentação escolar no contexto de pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. e021006-e021006, 2021.

VALENTIM, Emanuele de Araujo. *et al*. Fatores associados à adesão à alimentação escolar por adolescentes de escolas públicas estaduais de Colombo, Paraná, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00061016, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) (2020). Coronavirus disease 2019 (COVID-19) – Situation Report 56. Geneve. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situationreports/20200311sitrep51-covid-19.pdf. Acesso em out 2021